

## PORTARIA SES Nº 548/2017.

(Revogada pela Portaria SES N° 65/2018)

Autoriza a transferir recursos ao Município para implementar, a Regionalização da Saúde e o cofinanciamento hospitalar para custeio do Hospital de Caridade de Canguçu.

## O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE DO RIO

**GRANDE DO SUL**, no uso de suas atribuições e com base na Resolução CIB nº378, de 26/06/12.

Considerando a lei nº8080/1990 que dispõe sobre a

organização e funcionamento dos serviços de saúde.

Considerando o disposto na Lei Complementar nº141/2012 que regulamenta o §3º do artigo 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde.

Considerando a situação verificada no município de Canguçu, em situação de calamidade pública na área assistencial, com necessidade de recursos financeiros para custeio do Hospital de Canguçu.

Considerando que dentro da Regionalização do parto o hospital é referência para os demais municípios numa área de vital importância quanto a manutenção do atendimento.

Considerando o cumprimento dos requisitos de aprovações técnicas dos documentos apresentados pelo município, processo nº17/2000-0188111-1.

Considerando a Portaria nº400/2006 de 02/12/16 que rege os repasses do Fundo Estadual de Saúde aos Fundos municipais de Saúde.

## **RESOLVE:**

Art. 1º — Transferir, recursos financeiros do Fundo Estadual de Saúde (FES) ao Fundo Municipal de Saúde (FMS) do município de Canguçu para o custeio do Hospital de Caridade.

Art. 2º O valor a ser repassado é de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), e serão transferidos após a publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado.

Art. 3º – O prazo de execução será de 01(um) ano, prorrogável por mais 6 meses, conforme preconiza a Portaria 400/2016 de 02/12/16

Art. 4º — A fiscalização será feita pelos servidores Airton Tavares, ID 13526561 e Elis Regina Lombardy Medeiros, ID 14417146, de acordo com a Portaria nº 401/2016 e designação efetuada pela 3ª Coordenadoria Regional de Saúde.

Artº 5º - A prestação de contas dos recursos recebidos se dará no Relatório de Gestão Municipal, conforme Portaria nº882/2012.

Parágrafo primeiro - A transferência de recursos será suspensa e os valores sujeitos à devolução, acrescidos de juros e correção monetária, segundo índices oficiais de atualização de débitos fiscais, a partir da data do recebimento do recurso, quando a despesa for realizada:

I fora do período de execução do objeto;

II - em finalidade diversa da estabelecida;

III - se não for aprovada a prestação de contas.

Parágrafo Segundo – Havendo a incursão no que dispõe este artigo o município ficará obrigado a recolher os valores repassados no prazo de 30 dias, a contar do recebimento da comunicação.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Porto Alegre, 28 de novembro de 2017.

JOÃO GABBARDO DOS REIS Secretário de Estado da Saúde